



Tribunal de Contas
Mato Grosso
TRIBUNAL DO CIDADÃO

GABINETE DA PRESIDÊNCIA

Conselheiro Domingos Neto

Telefone(s): (65) 3613-7513

e-mail: presidencia@tce.mt.gov.br

Ofício Nº : 668/2018

Cuiabá-MT, 12 de abril de 2018

A Sua Senhoria o Senhor

OCTÁVIO DE SOUZA E SILVA NETTO

Médico associado à **CIRURGIÕES CARDIOPEDIÁTRICOS SC. LTDA.** (Associação Hospitalar de Proteção à Infância Dr. Raul Carneiro)

Rua Desembargador Motta, 1070, Bairro Água Verde

Curitiba/PR

CEP 80.250-060

Assunto: Processo nº 5.757-6/2017 (Auditoria Especial de Conformidade).

Prezado Senhor Médico,

Por meio do Ofício nº 2.202/2017 desta Presidência, Vossa Senhoria foi CITADO para apresentar alegações de defesa sobre os apontamentos emitidos pela Secretaria de Controle Externo de Auditorias Operacionais deste Tribunal.

Com fundamento nas disposições do artigo 5º, inciso LV, da Constituição da República, artigos 6º e 59, inciso I, da Lei Complementar Estadual nº 269/2007 (Lei Orgânica TCE/MT), artigos 137, "c" e "d", e 140, da Resolução Normativa nº 14/2007 (Regimento Interno TCE/MT), em atenção aos princípios do contraditório e ampla defesa, **REITERO** a **CITAÇÃO** de Vossa Senhoria para, no prazo de 15 (quinze) dias, apresentar alegações de defesa sobre os apontamentos contidos no Relatório Técnico Preliminar ([Doc. Digital nº 313473/2017](#)) e respectivo Anexo ([Doc. Digital nº 313485/2017](#)), emitidos pela Secretaria de Controle Externo de Auditorias Operacionais deste Tribunal, referentes a Auditoria Especial de Conformidade sobre despesas judiciais de saúde imputadas à Secretaria Estadual de Saúde de Mato Grosso – SES/MT.

Oportunamente, destaco que a ausência de manifestação no prazo estabelecido implicará na declaração de revelia e consequente aplicação de seus efeitos, nos termos do artigo 6º, parágrafo único, da Lei Orgânica e artigo 140, § 1º, do Regimento Interno, ambos anteriormente citados.

Atenciosamente,

(assinatura digital)¹
Conselheiro **DOMINGOS NETO**
Presidente

¹ Documento firmado por assinatura digital, baseada em certificado digital emitido por Autoridade Certificadora credenciada, nos termos da Lei Federal nº 11.419/2006 e Resolução Normativa Nº 9/2012 do TCE/MT. LF